



Elogio da multiplicidade: notas sobre a imagem do arquiteto e o alcance da profissão

Luciano Margotto, FAUUSP, Brasil

1

O debate sobre a imagem do arquiteto não é novo, assim como a distinção arquitetônica não constitui uma raridade na história. O assunto envolve uma gama intrincada de questões e frequentemente atravessa mais de um domínio do saber, levando não poucas vezes a incontornáveis confusões de mudança de foco que oscilam das obras aos seus respectivos autores. Não são incomuns o enfoque sociológico, o psicológico, ou o político. É possível analisar a arquitetura e o urbanismo no campo das artes ou das ciências, bem como nos dois simultaneamente. E quando se diz arquiteto, diz-se também urbanista, é claro, com considerável aumento de complexidade da reflexão. De todos os enfoques, a análise em termos de “profissão” talvez seja a mais limitada, mas não a menos importante, sobretudo quando relacionada ao ensino. Essa é a abordagem escolhida e se concentra, por assim dizer, em ampliar a ambição da profissão.

2

Segundo o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, existem onze campos¹ de atuação do arquiteto e urbanista, dentro dos quais são enumerados outros doze grupos² de atividades e atribuições, portanto, em linhas gerais, pode-se afirmar que existe mais de uma centena de possibilidades de trabalho para o arquiteto e urbanista brasileiro. O projeto é o grande destaque. Segundo o CAU/BR, projeto “é criação do espírito, documentada através da representação gráfica ou escrita de modo a permitir sua materialização, podendo referir-se a uma obra ou a uma instalação”.³

Portanto, a ideia de projeto não se refere apenas ao projeto de edifícios, é claro. Tecnicamente, pode-se dizer que a elaboração de projeto é a “determinação e representação prévias do objeto (urbanização, edificação, elemento da edificação, instalação predial, componente construtivo, material para construção)”. No entanto, não é incomum que, nas primeiras impressões sobre o campo de atividades da profissão, o projeto sempre esteja associado a edificações. Em importante estudo sobre o assunto, é significativo que Garry Stevens, tentando traçar um retrato do arquiteto, deixe registrada a seguinte pergunta: “à parte o projeto de edifícios, que outros interesses são típicos das realizações dos arquitetos?”⁴ Em paralelo, outro sentimento que se pode distinguir na tentativa de compor alguma imagem do arquiteto é a “concepção genérica e vaga no meio profissional de que os arquitetos têm sido, historicamente, indivíduos de muitos talentos”.⁵ Entretanto, Stevens não consegue corroborar essa característica pelas evidências de seus estudos. Indo além, sugere até que se deva suspeitar de exemplos de indivíduos de grande cultura e prodigiosamente talentosos apresentados para demonstrar a versatilidade do arquiteto, afirmando que certos “nomes vêm à mente com tal frequência justamente porque são exceções, não a regra”.

Enfim, no esforço de se construir um quadro do profissional e, respectivamente, de seus campos de atuação, ainda vale notar que os psicólogos costumam ser simpáticos com os arquitetos e parecem ter apenas coisas boas a dizer sobre arquitetura, enquanto que os sociólogos interessados no assunto são bem mais críticos. O que só comprova que não existe uma visão unívoca sobre o tema.

1 I - da Arquitetura e Urbanismo; II - da Arquitetura de Interiores; III - da Arquitetura Paisagística; IV - do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico; V - do Planejamento Urbano e Regional; VI - da Topografia; VII - da Tecnologia e resistência dos materiais; VIII - dos sistemas construtivos e estruturais; IX - de instalações e equipamentos referentes à Arquitetura e Urbanismo; X - do Conforto Ambiental; XI - do Meio Ambiente. Ver CAU/BR. “Tabelas de Honorários de Serviços de Arquitetura e Urbanismo do Brasil”. Módulo I - Capítulo 1 - Item 3: Atribuições Profissionais do Arquiteto e Urbanista, pp. 14 – 15.

2 I - supervisão, coordenação, gestão e orientação técnica; II - coleta de dados, estudo, planejamento, projeto e especificação; III - estudo de viabilidade técnica e ambiental; IV - assistência técnica, assessoria e consultoria; V - direção de obras e de serviço técnico; VI - vistoria, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria e arbitragem; VII - desempenho de cargo e função técnica; VIII - treinamento, ensino, pesquisa e extensão universitária; IX - desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, padronização, mensuração e controle de qualidade; X - elaboração de orçamento; XI - produção e divulgação técnica especializada; e XII - execução, fiscalização e condução de obra, instalação e serviço técnico. Ver CAU/BR. “Tabelas de Honorários de Serviços de Arquitetura e Urbanismo do Brasil”. Módulo I - Capítulo 1 - Item 3: Atribuições Profissionais do Arquiteto e Urbanista, p. 14.

3 Idem, p. 16.

4 STEVENS, Garry. O círculo privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica. Tradução Lenise Garcia Corrêa Barbosa. Revisão técnica Sylvia Fischer. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003, p. 153.

5 Idem, p. 154.

3

O fato é que a imagem do arquiteto é uma construção coletiva e faz parte da cultura humana, em seu mais amplo sentido, portanto faz parte de todo um complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a moral, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridas pelo homem como membro da sociedade. Tanto o arquiteto quanto a sociedade projetam, em sua imagem, aquela que melhor expressa o seu ideal. Essas imagens em torno de um modelo, daquilo a que se aspira e que só tem existência no pensamento, muitas vezes aparecem ligadas ao arquiteto-gênio, ao arquiteto-herói ou ao arquiteto-mito, e estão intimamente relacionadas ao próprio ato de conceber a arquitetura, que é o ato de projetar. O projeto segue sendo o principal elemento estruturante da profissão de arquiteto; é ele o elemento agregador das diversas possibilidades da ação arquitetônica.

A questão é que o projeto é de natureza autoral. Por ser uma escolha entre uma infinidade de possibilidades, individual ou em equipe, é a autoria que responde pelo vínculo entre ideia e forma, nas múltiplas encruzilhadas que o processo de projeto percorre. Como é extremamente complexo o processo de projeto, envolvendo múltiplas variáveis disciplinares, tecnológicas, políticas, sociais, econômicas, além das artes, alcançar o feito de realizar uma grande obra não é algo comum. Recorrendo a Hannah Arendt ao citar Balzac, “as grandes paixões, como as obras-primas, são raras”.⁶ Nesse sentido, a paisagem do gênio arquitetônico também é solitária, como reconhece Stevens: “onde os cientistas eminentes veriam uma multidão de contemporâneos eminentes, formando uma paisagem ativa e populosa, o grande arquiteto vislumbra apenas uns poucos outros picos se elevando acima de uma planície de mediocridade”.⁷

O extremo dessa imagem solitária é a do arquiteto-estrela, parte fundamental do fenômeno globalizado e extremamente midiaticizado reconhecido como “star-system”. Nesse sistema, a arquitetura e o arquiteto são tratados como espetáculo, e os meios de comunicação são condição *sine qua non*. O arquiteto do *star-system* tira proveito de sua própria imagem por meio de sua arquitetura, de seus escritos, de sua presença, para promover-se. Há regras para participar do *star-system*, uma delas é ganhar o Prêmio Pritzker, mas não a única. Os arquitetos-estrela utilizam seu processo criativo como uma espécie de marca, como forma de criar uma identidade inconfundível e através disso adquirir e manter o renome, sempre ambicionando visibilidade global. Daí se conclui que o *star-system*, com a magnificação da obra arquitetônica e do arquiteto a um alto custo, assumiu importante papel na perda da identidade social intrínseca à arquitetura. Acontece que num contexto mundial de escassez de recursos, todo o sistema passa a ser questionado. Depois da crise de 2006, pode-se dizer que essa época já passou, mas isso é recente e a construção coletiva pode valer-se de tempos longos.

6 ARENDT, Hannah. Homens em tempos sombrios. Tradução Denise Bottmann; posfácio Celso Lafer. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 105.

7 Op. Cit., p. 176.

4

A partir deste momento, a responsabilidade dos intelectuais, inclusive dos arquitetos, retorna a uma opção moral, como lembra Montaner: “combater a injustiça, os privilégios, as exclusões e a degradação do mundo”.⁸ O reconhecimento daquela idealização do arquiteto enraizada no imaginário da profissão, influenciando não só a prática profissional, mas também o ensino (o que é mais grave), só deixa mais contundente a necessidade de revisão da imagem do arquiteto. Não se trata de combater (não seria inteligente, diga-se de passagem) a imagem do arquiteto-gênio, arquiteto-herói, arquiteto-mito ou arquiteto-autor, que significaria redução do campo de atuação, para dizer o mínimo. Se a cidade é, por natureza, uma pluralidade; e se a atuação profissional é, também por natureza, multidisciplinar e coletiva, a multiplicidade de conhecimentos e de habilidades deve ser a resposta. A multiplicidade como excessiva ambição de propósitos em duplo sentido. Por um lado, amplia-se o campo desta atividade humana que é a arquitetura e o urbanismo, multiplicam-se as possibilidades de atuação. Deste modo, amplia-se a ambição e o alcance da profissão. Por outro, amplia-se a consistência de cada obra que é oriunda da trama da multiplicidade. Lembrando Italo Calvino, “o conhecimento como multiplicidade é o fio que ata as obras maiores”.⁹ A arquitetura não é mais pensável como uma totalidade que não seja potencial, conjectural, múltipla. Se o mundo pode ser visto como um “sistema de sistemas” em que cada sistema particular condiciona os demais e é condicionado por eles, o grande desafio para a arquitetura é o de participar de todos, tecendo em conjunto os diversos saberes e os diversos códigos numa visão pluralística e multifacetada do mundo.

Não importa se nos muitos episódios de propostas de vida comunitária, de boas práticas e de alternativas para um mundo melhor, “não se dará espaço algum à arquitetura das estrelas e de maior influência midiática”.¹⁰ A arquitetura só pode viver se se propõe a ampliar a ambição da profissão, até mesmo para além de suas possibilidades de realização.

Com efeito, há vazios na sociedade em que vivemos. Esses vazios não provêm do acaso e são também lugares do possível. Henri Lefebvre já alertava que, em nossa sociedade lacunar, “uma das maiores aspirações que o pensamento ativo pode propor a si mesmo, pensamento este que tenha saído da especulação e da contemplação e também das decupagens fragmentárias e dos conhecimentos parcelares, é o de povoar essa lacuna”.¹¹ O perigo é a leitura enviesada de Lefebvre como sinônimo de “legitimação da política pública ao invés de crítica radical às ações do Estado, que se constrói como avalizador do processo de crescimento econômico integrado à urbanização neoliberal”¹², isto é, de reiteração daquilo que fundamenta a desigualdade.

8 MONTANER, Joseph Maria; MUXÍ, Zaida. *Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014, p. 11.

9 CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*. Tradução de Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 130.

10 MONTANER, Joseph Maria; MUXÍ, Zaida. *Op. Cit.*, p. 16.

11 LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001, p. 115.

12 Ver Henri Lefebvre e a Utopia do Direito à Cidade. Disponível em: <<http://observatoriodasmetro-poles.net.br/wp/henri-lefebvre-e-utopia-do-direito-cidade-usp/>>. Acesso em 23 mar. 2019.

5

Portanto, essas novas possibilidades de atuação, que certamente constituem ou constituirão novas imagens do arquiteto compõem uma agenda contemporânea, embora não exatamente nova. Afinal, se Lefebvre é um marco, debatem-se novas orientações e práticas sociais para a cidade há pelo menos cinquenta anos. Resumindo muito, é o aumento da complexidade dos problemas da cidade que leva à exigência de profissionais trabalhando de maneira mais qualificada e em mais campos de atuação, que vão desde o debate e formulação das mais avançadas políticas urbanas, públicas, até às ações de pequena escala como práticas coletivistas e autogestionárias, isto é, até mesmo àquelas que propõem substituir o conceito de “público” pelo de “comum”.¹³

Nesse amplo espaço de possibilidades de atuação profissional e por consequência de multiplicidade do imaginário que cerca o arquiteto, o lugar do arquiteto-autor, como síntese de todas as imagens que o compõem – gênio, mito, herói –, também deve ser preservado. Essa imagem mítica não deve ser estimulada no ensino, como se fosse um objetivo a ser permanentemente procurado, pois provou não ser suficiente, mas também não precisa ser combatida, porque necessária e não ociosa. Em suma, não basta, mas é necessária. A autoria é essencial para que o arquiteto se reconheça no próprio trabalho, para que imprima humanidade à sua contribuição ao mundo. A autoria em suas várias acepções como a responsabilidade, ou aquilo que motiva a ocorrência de algo, é substancial também para da arquitetura, assim como o é para outros campos da cultura.

Pensar quais são os bens indispensáveis a todo ser humano numa reflexão sobre direitos humanos pressupõe considerar “não apenas aqueles que asseguram a sobrevivência física em níveis decentes, mas os que garantem a integridade espiritual”.¹⁴ Antônio Cândido em sua obra *O Direito à Literatura* observa que são bens indispensáveis a alimentação, a moradia, a instrução, a saúde, a liberdade individual etc.; e também o direito à crença, ao lazer, à arte e à literatura e, por que não, à arquitetura. O paralelo com a literatura e o diálogo com essa obra pode ser esclarecedor. Para Antônio Cândido, “não há povo e não há homem que possa viver sem ela [a literatura], isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação”¹⁵, o que o leva à metáfora da literatura como “sonho acordado das civilizações”. Daí é fácil chegar à conclusão de que “assim como não é possível haver equilíbrio psíquico sem o sonho durante o sono, talvez não haja equilíbrio sem a literatura”.

Com efeito, a função da arquitetura, de modo idêntico à literatura, está ligada à complexidade da sua natureza, que explica inclusive seu papel contraditório, e humanizador. Talvez humani-

13 Guilherme Wisnik desenvolve o assunto relacionando-o aos conceitos de trabalho e labor presentes na obra *A condição humana* (1958), de Hannah Arendt. Ver Guilherme Wisnik, “De volta à aldeia?”, in WISNIK, Guilherme; MARIUTTI, Júlio. Espaço em obra: cidade, arte, arquitetura. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018, p. 76.

14 Antônio Cândido, “O direito à literatura”, in CÂNDIDO, Antônio. Vários escritos. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2017, p. 176.

15 Ibidem.

zador porque contraditório, como destaca Cândido. É possível distinguir três faces da literatura que também servem para arquitetura: 1) Arquitetura é forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e consciente. 2) Arquitetura é forma de expressão, isto é, manifesta visão de mundo, ainda que a história contenha controvérsias, que ao final mais confirmam do que deixam dúvidas a esse respeito. Para Ortega y Gasset, por exemplo, “a arquitetura é uma arte étnica e não se presta a caprichos. Sua capacidade expressiva não é muito completa; só expressa, pois, os amplos e simples estados de espírito, os quais não são de caráter individual, mas de um povo ou de uma época”.¹⁶ Em oposição, Oscar Wilde profetiza a Arte como tendo vida própria, isto é, como forma de expressão autônoma:

A Arte não é expressão de nada, a não ser de si mesma. Tem uma vida independente, tal como o Pensamento a tem, e desenvolve-se estritamente por caminhos próprios. Não é necessariamente realista numa época de realismo, nem espiritual numa época de fé. Longe de ser uma criação de seu tempo, está normalmente em oposição frontal a ele, e a única história que preserva para nós é a história da sua própria evolução¹⁷.

Embora arquitetura não seja exatamente arte, tais considerações, além de não deixar escapar que há especificidades na natureza do método arquitetônico, mostram o quanto ele pode ser entendido de modo permeável a outros campos disciplinares. E por último: 3) Arquitetura é a construção de objetos ou sistema de objetos, com estrutura e significado.

De modo idêntico à produção literária, que “tira as palavras do nada e as dispõe como todo articulado”¹⁸, a produção arquitetônica pressupõe a construção de linguagens amparadas no campo do fazer. Toda obra arquitetônica pressupõe essa superação do caos, determinada por um arranjo especial dos “tijolos” que a compõem, fazendo uma proposta de sentido. Assim, a arquitetura contribui “para elevar a experiência amorfa ao nível da expressão organizada”. Pode-se dizer, assim, que as produções arquitetônicas, de todos os tipos e funções, “satisfazem necessidades básicas do homem, sobretudo através desta incorporação, que enriquece a nossa percepção e a nossa visão de mundo”.¹⁹ Essa humanização e enriquecimento ocorrem “por meio do conhecimento oriundo da expressão submetida a uma ordem redentora da confusão”.

Isso posto, deve-se lembrar que além do conhecimento que não está aparente, que provém desta organização e visão de mundo, há na arquitetura níveis de conhecimento intencional planejados pelo autor que chamam imediatamente a atenção por suas intenções ideológicas, de engajamento, em que todos os esforços são reunidos no intuito de se tentar resolver problemas sociais. Disso resulta uma arquitetura e um urbanismo empenhados, fortemente vinculados a posições éticas, políticas, religiosas ou simplesmente humanísticas. E daí surge um perigo: afirmar que a arquitetura só alcança a verdadeira função quando é deste tipo. Essas

16 José Ortega y Gasset, “Adão no Paraíso” (1910), in ORTEGA Y GASSET, José. Adão no paraíso e outros ensaios de estética. São Paulo: Cortez, 2002, p. 32.

17 Oscar Wilde, “A Verdade das Máscaras”, in WILDE, Oscar. Intenções, quatro ensaios sobre estética. 2. ed. Lisboa: Editora Cotovia, 1993, p. 203..

18 CÂNDIDO, Antônio. Op. Cit., p. 179.

19 Idem, p. 182.

posições são falhas e prejudiciais à verdadeira produção literária ou arquitetônica, “porque têm como pressuposto que ela se justifica por meio de finalidades alheias ao plano estético, que é o decisivo”.²⁰ O campo ético, político ou social são importantes como quaisquer outros, e não podem ser proscritos em hipótese nenhuma; “mas sua validade depende da forma que lhes dá existência como um certo tipo de objeto”. Todas as mensagens só têm eficiência quando reduzidas à estrutura arquitetônica, à forma ordenadora.

Enfim, feita a ressalva, vale lembrar que há obras arquitetônicas ou de infraestrutura com grande vocação de transformação social, de melhorar a qualidade de vida das populações mais necessitadas, de reduzir desigualdades. Tais obras, ainda que perfeitamente éticas, podem eventualmente não ser de boa qualidade e não satisfazerem os requisitos que asseguram a sua real eficiência. É claro que se podem conseguir avanços com quaisquer iniciativas, mas só a intenção e o assunto não bastam. Arriscar-se num último paralelo com outra área, aprendendo com *O direito à literatura* que “a eficácia humana é função da eficácia estética, e portanto o que na literatura age como força humanizadora é a própria literatura, ou seja, a capacidade de criar formas pertinentes”,²¹ pode ser útil na tentativa de se construir uma imagem clara para a posição da estética também na arquitetura e no urbanismo.

Multiplicar os campos de atuação, cada vez mais engajados, tratando de questões existenciais fundamentais, seja pelo modo de estruturar a ação e o poder, seja pelo modo de acolher a variedade e a indeterminação de todas as possibilidades que existem no ser humano, é, em última análise, insistir na ideia de integridade como a mais profunda qualidade da edificação e da cidade, não deixando escapar que o plano estético é fundamental.

20 Idem, p. 183 (grifo nosso).

21 Idem, p. 184 (grifo nosso).

